



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SIMONE CONDE BELEM

**OS JOGOS PEDAGÓGICOS NA INCLUSÃO DE ALUNAS SURDAS NO
CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL CRISTIANO JOSÉ DE MEDEIROS ROSA –
BRAGANÇA (PA)**

BRAGANÇA (PA)

2025

SIMONE CONDE BELEM

**OS JOGOS PEDAGÓGICOS NA INCLUSÃO DE ALUNAS SURDAS NO
CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL CRISTIANO JOSÉ DE MEDEIROS ROSA –
BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança (CBRAG), Faculdade de Educação (FACED), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz.

BRAGANÇA (PA)

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B428j Belem, Simone Conde.
Os jogos pedagógicos na inclusão de alunas surdas no contexto
da Escola Municipal Cristiano José de Medeiros Rosa - Bragança
(PA) / Simone Conde Belem. — 2025.
38 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação,
Bragança, 2025.

1. Jogos pedagógicos. 2. Alunos surdos. 3. Inclusão. I.
Título.

CDD 371.9

SIMONE CONDE BELEM

**OS JOGOS PEDAGÓGICOS NA INCLUSÃO DE ALUNAS SURDAS NO
CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL CRISTIANO JOSÉ DE MEDEIROS ROSA –
BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança (CBRAG), Faculdade de Educação (FACED), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz.

Data de aprovação: __/__/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz
Orientadora - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Ana Paula Vieira e Souza
Examinadora Interna - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Me. José Ribamar Sousa da Silva
Examinador Interno - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dedico este trabalho à minha família, que diante dos momentos difíceis da vida e da trajetória acadêmica, sempre estiveram me apoiando e incentivando a alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, minha maior fonte de força e sabedoria, por me sustentar em cada passo dessa caminhada, me dando discernimento e sabedoria para superar os desafios e chegar até aqui. Sem ele, nada seria possível.

Aos meus pais, por todo apoio e incentivo nos momentos difíceis, sou imensamente grata.

À minha querida e amada filha Ana Clara, razão da minha vida, que sempre me motivou durante este processo acadêmico e foi minha inspiração diária para continuar.

Ao meu esposo Anderson Sousa, pelo apoio, companheirismo, compreensão, paciência e constante estímulo. Sua presença nesse processo foi fundamental para enfrentar os desafios e celebrar as conquistas.

À minha estimada professora e orientadora Cristiane Bremenkamp, pela paciência, dedicação e orientações fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus professores, que foram peças fundamentais na minha formação. Agradeço por cada ensinamento, pelo conhecimento compartilhado, pela paciência, pelo compromisso em formar não apenas profissionais, mas também indivíduos preparados para desafios no futuro. Cada lição aprendida será levada comigo para sempre.

Aos(As) colegas da turma de Pedagogia 2020 pelos diálogos e contribuições durante esses quatro anos e meio de formação intensa na área da educação, especialmente Allana Gonçalves Bastos, Edineia Alves da Silva, Flavina de Oliveira Silva, Lidia Jeane Ribeiro Santiago, Raylene Mayara Reis dos Reis que ao longo desses anos se tornaram irmãs de caminhada, fomos apoio e força umas para outras, e isso foi essencial para chegar até aqui.

À Universidade Federal do Pará (UFPA) pela oportunidade de estudos, pesquisas e formação inicial no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

À banca avaliadora desta pesquisa, nas pessoas da Profa. Dra. Ana Paula Vieira de Souza e Prof. Me. José Ribamar Sousa da Silva, pela disponibilidade de leitura atenciosa e avaliação do trabalho.

À Escola Cristiano José de Medeiros Rosa, que gentilmente abriu suas portas para esta pesquisa e contribuiu de forma significativa com este trabalho.

Por fim, a todas aquelas pessoas que, mesmo de forma indireta, contribuíram para a realização deste sonho, minha eterna gratidão.

Inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem.

Camargo (2017, p.1).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os jogos pedagógicos como ferramentas facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem para a inclusão de alunas surdas. O referencial teórico se baseia em Skliar (1998); Lacerda (2003); Motta e Gediel (2021); Silva (2022), dentre outros. Quanto a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, caracterizada por meio de estudo de campo, de natureza empírica. A pesquisa teve como participantes duas alunas surdas de uma escola municipal de Bragança-PA. Para a coleta de dados utilizou-se jogos pedagógicos, observação participante e o diário de campo. A análise de dados foi realizada por meio da organização dos dados produzidos, caracterização sociodemográfica das participantes e discussão dos temas surgidos com autores da área. Os principais resultados obtidos indicam que apesar das dificuldades devido à barreira comunicacional das alunas no momento da aplicação dos jogos pedagógicos, foi possível observar a construção de vínculo, cooperação entre as participantes, desenvolvimento da memória, do pensamento lógico-matemático e aprendizado de sinais em Libras. Conclui-se que os jogos pedagógicos quando bem preparados e aplicados adequadamente para a faixa etária correspondente demonstram valor pedagógico, contribuindo significativamente para a aprendizagem e desenvolvimento de estudantes surdos de modo prazeroso e lúdico.

Palavras-chave: Jogos Pedagógicos; Alunas Surdas; Inclusão.

ABSTRACT

This study aims to analyze educational games as facilitating tools in the teaching-learning process for the inclusion of deaf students. The theoretical framework is based on Skliar (1998); Lacerda (2003); Motta and Gediel (2021); Silva (2022), among others. The methodology used was qualitative, characterized by a field study of an empirical nature. The participants were two deaf students from a municipal school in Bragança-PA. Data collection involved educational games, participant observation, and a field diary. Data analysis was performed through the organization of the data produced, sociodemographic characterization of the participants, and discussion of the emerging themes with authors in the field. The main results obtained indicate that, despite the difficulties due to the communication barrier faced by the students during the application of the educational games, it was possible to observe the building of bonds, cooperation among the participants, development of memory, logical-mathematical thinking, and learning of signs in Libras (Brazilian Sign Language). It is concluded that educational games, when well-prepared and appropriately applied to the corresponding age group, demonstrate pedagogical value, contributing significantly to the learning and development of deaf students in a pleasurable and playful way.

Keywords: Educational Games; Deaf Students; Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

ABA	Análise do Comportamento Aplicada
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
IISM	Imperial Instituto Surdos-Mudos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
TCC	Terapia Cognitiva Comportamental
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 A educação de surdos no ensino fundamental I	13
2.2 As principais legislações que amparam a inclusão escolar de alunos surdos	16
2.3. A importância do lúdico na educação de surdos	20
3. METODOLOGIA	22
3.1. Jogos pedagógicos em Libras: Estratégias lúdicas	24
3.2. Jogo da memória animais em Libras	24
3.3. Dominó das operações em Libras	26
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	37
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	38

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal abordar os jogos pedagógicos como ferramentas facilitadoras no processo de ensino- aprendizagem para inclusão de alunas surdas no contexto da Escola Municipal Cristiano José de Medeiros Rosa, localizada no município de Bragança, nordeste do Pará. A inclusão de estudantes público-alvo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) propondo orientações para o acolhimento a estudantes no espectro de transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e deficiências, incluindo-se, portanto, estudantes surdos.

O cotidiano das práticas no chão das escolas tem demonstrado o desafio de efetivar a referida política, uma vez que para ocorrer a verdadeira inclusão de alunos surdos no contexto escolar é necessário o compromisso coletivo com acessibilidade, o respeito à diversidade linguística e a valorização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nesse sentido, é fundamental que a instituição escolar disponibilize de profissionais capacitados, como intérpretes e professores bilíngues, capazes de garantir a mediação linguística entre a Libras e a língua portuguesa. Nesse contexto, é necessário que os professores recebam formação continuada em relação à educação inclusiva e práticas pedagógicas adaptadas, promovendo a participação ativa de alunos surdos nas atividades escolares. Sendo assim, a escola deve proporcionar um ambiente visualmente acessível, com recursos visuais, materiais didáticos bilíngues e o uso de tecnologias assistivas que favoreçam a comunicação.

Diante do exposto, percebe-se que a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar ainda é um desafio que requer abordagens pedagógicas inovadoras e, sobretudo, um compromisso tanto governamental, quanto pedagógico com a difusão da Libras. Afinal, crianças com deficiência auditiva muitas vezes enfrentam barreiras significativas no processo de ensino e aprendizagem, devido à falta de recursos adequados, ausência de metodologias inclusivas e principalmente, a não proficiência do corpo pedagógico e demais estudantes da escola, em Libras. Nosso propósito com a pesquisa é difundir conhecimentos na área da inclusão de estudantes surdos, visto que essas crianças necessitam de estratégias diferenciadas que considerem suas especificidades, promovendo assim a comunicação efetiva e seu pleno desenvolvimento social.

A escolha do tema se justifica em razão do Componente Curricular Ludicidade e Educação, cursado no primeiro semestre de 2023. Durante esse período, um colega da turma 2019 apresentou, para a turma 2020, jogos pedagógicos adaptados na área de inclusão. A partir dessa apresentação, interessei-me e passei a me perguntar sobre qual a contribuição dos jogos pedagógicos na inclusão de alunos surdos no contexto da sala de aula. Vale destacar, que a

ludicidade na educação desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Ressalta-se ainda que o interesse pelo o tema foi reforçado durante as experiências vivenciadas no período de Estágio Supervisionado em Ambiente não Escolar, onde foi possível observar a barreira comunicacional entre uma criança surda e os demais colegas da turma, o que despertou ainda mais a inquietação de pesquisar sobre o tema.

A relevância acadêmica do estudo se apresenta no aprofundamento de conhecimentos a respeito dos jogos pedagógicos na inclusão de alunas surdas. Nesse sentido, a análise da pesquisa sobre o tema pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais inclusivas e eficientes, promovendo a equidade no acesso à educação e o pleno desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais dos educandos surdos.

Quanto à relevância social, a pesquisa colabora com a inclusão de alunos surdos no contexto educacional, visto que é um desafio contínuo que exige metodologias e ferramentas adequadas para garantir a aprendizagem efetiva e a participação ativa desses alunos. Nessa perspectiva, os jogos pedagógicos por ter características lúdicas e interativas, ajudam a potencializar e conseqüentemente criar um ambiente de aprendizagem mais acessível, engajador e inclusivo para esse público alvo.

Nesse sentido, o presente estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: Como os jogos pedagógicos podem contribuir para inclusão de alunas surdas no contexto da Escola Municipal Cristiano José de Medeiros Rosa?

Sendo assim, o estudo teve como objetivo geral analisar os jogos pedagógicos como ferramentas facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem de alunas surdas. Quanto aos objetivos específicos elencou-se: a) Identificar as principais dificuldades enfrentadas por alunos surdos no contexto escolar; b) Verificar a viabilidade da implementação de jogos pedagógicos no currículo escolar para inclusão de alunos surdos; c) Observar a adaptação de jogos pedagógicos que atendam às necessidades de alunos surdos, promovendo a inclusão e a interação; d) Compreender sobre a inclusão e o desenvolvimento cognitivo de alunos surdos no contexto escolar.

A metodologia da pesquisa foi conduzida mediante uma abordagem qualitativa, caracterizada por meio de estudo de campo, de natureza empírica. Como instrumento da pesquisa, empregou-se a aplicação de jogos pedagógicos realizados com duas alunas surdas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristiano José Medeiros Rosa - Bragança-PA.

A pesquisa está organizada em cinco seções. Inicialmente é apresentada a introdução, com a delimitação do tema, em seguida apresenta-se a justificativa, a questão problema e logo

após os objetivos, metodologia e a estrutura do estudo. A segunda seção aborda fundamentos teóricos, nos quais são discutidos temas relacionados à educação dos surdos. Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e o processo de coleta de dados. Na quarta seção apresenta-se a descrição da análise dos resultados e discussão. Ao final do estudo são apresentadas as considerações finais sobre as evidências encontradas na pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A educação de surdos no ensino fundamental I

A educação de surdos é um campo repleto de desafios, mas também de significativas possibilidades de inclusão. Sendo assim, muito se tem discutido sobre o papel da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no processo de ensino e aprendizagem, devido sua relevância na construção da identidade cultural e linguística dos alunos surdos, uma vez que a surdez deve ser compreendida não apenas como uma deficiência, mas como uma diferença linguística e cultural.

Para compreender aspectos importantes da educação de surdos e os problemas enfrentados por eles é preciso mencionar pesquisadores como Skliar (1998), Lacerda (2003), Motta e Gediel (2021), Silva (2022). Skliar (1998) é visto como um dos primeiros no estudo sobre a educação de surdos, para ele a surdez não pode ser vista apenas como uma deficiência, mas sim como uma língua e cultura própria. Ainda segundo o pesquisador a educação de surdos tem o papel fundamental na valorização da identidade cultural surda e da garantia que a língua de sinais seja conhecida e usada como primeira língua do aluno surdo, respeitando suas particularidades e favorecendo a construção da autonomia do aluno. Para Skliar (1998, p. 85) “A língua das mãos não é uma língua menor, mas sim uma língua que como qualquer outra expressa a cultura e história de um povo”.

Lacerda (2003) por sua vez, acrescenta que para ocorrer a efetivação da educação dos surdos é necessário que inclua a Libras como um instrumento-chave para o processo de ensino e aprendizagem, com foco na educação bilíngue que abranja tanto a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quanto o português. Desse modo, a língua de sinais além de ser um modo de comunicação é uma ferramenta muito importante para o crescimento cognitivo da criança surda. Segundo Lacerda (2003, p. 42) “A língua de sinais é a primeira língua dos surdos, funcionando como um ponto principal no crescimento de sua mente e na sua interação social”.

Assim, a escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças surdas, por representar o primeiro lugar de socialização e aprendizado em que elas são inseridas após o convívio familiar. Além disso, é nesse espaço que as crianças começam a interagir com o mundo ao redor, com seus pares e também com as primeiras práticas pedagógicas. Então, “[...] a escola constitui-se em um espaço privilegiado de socialização, no qual a criança amplia suas experiências, estabelece novas relações e constrói conhecimentos que possibilitam sua inserção na vida social” (Libâneo, 1994, p. 31). Ou seja, o ambiente escolar deve ser estruturado com base no reconhecimento da língua de sinais para que as crianças surdas possam desde cedo desenvolver suas habilidades comunicativas plenamente. Ressalta-se assim a importância da família se dispor a este envolvimento e aprendizado da língua de sinais. Da mesma forma, enquanto pesquisadora na área da inclusão, tenho me dedicado a estudar e praticar a Libras a fim de romper barreiras comunicacionais e ampliar as possibilidades pedagógicas voltadas a este público-alvo. Ainda é interessante ressaltar, conforme descrito por Borges e Rossi (2019), a presença da língua de sinais no dia a dia escolar não é só um desafio do âmbito educacional, mas também cultural já que assegura o respeito à identidade do aluno surdo. Assim, é fundamental que cada vez mais possamos conhecer aspectos da comunidade e cultura surda que engloba a arte, a poesia, entre outros aspectos, o que torna-se necessário para aprendermos a valorizar e estimular referências da cultura surda a fim de nos posicionarmos no mundo de uma maneira anticapacitista.

Nesse sentido, é importante destacar tais nomenclaturas como o capacitismo e o anticapacitismo que mostram visões diferentes sobre o preconceito contra pessoas com deficiência, sendo assim, o capacitismo é representado como uma forma de discriminação e preconceito em relação às pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, o que leva a uma suposição por parte de alguns indivíduos, que essas pessoas são inferiores ou menos capazes de que outras pessoas sem deficiência. Em contrapartida a esse termo é apresentado o anticapacitismo que traz uma abordagem inclusiva e de respeito à diversidade humana, combatendo os estigmas e promovendo a valorização das capacidades e experiências das pessoas com deficiência. E essa visão busca romper com tais normas capacitistas enraizadas na cultura, incentivando assim práticas e políticas que garantam acessibilidade, equidade e dignidade para todos, independentemente de suas condições, seja ela física, sensorial, intelectual ou mental.

Nesse contexto, a função do professor, em especial os que trabalham com a educação básica, é fundamental para edificar um ambiente anticapacitista, inclusivo e prazeroso. Contudo, a formação de educadores qualificados para atender os alunos surdos ainda é um

desafio. Motta e Gediel (2021) salientam sobre a relevância da formação contínua dos professores para a educação de surdos, indicando que os docentes precisam estar aptos não apenas a utilizar a Libras, mas também a compreender as particularidades pedagógicas do processo de aprendizagem do aluno surdo.

A formação de professores para a educação de surdos deve ser holística, abordando tanto a parte linguística quanto às práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão de forma efetiva. Isso implica na necessidade de uma formação contínua, que prepare os educadores para utilizar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) de maneira adequada, e para adotar metodologias que atendam às especificidades dos alunos surdos. A inclusão de surdos na escola regular não pode ser apenas uma questão de acesso físico, mas também de acesso à aprendizagem de qualidade, por meio de estratégias adequadas ao seu desenvolvimento linguístico e cognitivo (Motta; Gediel, 2021, p. 150).

Como mencionado por Borges e Rossi (2019) a concretização de um ensino de qualidade para crianças surdas demanda mais do que apenas metodologias bilíngues, requer que o professor entenda e domine as diversas maneiras como as crianças surdas se desenvolvem. Assim, para que a inclusão seja genuína, o professor precisa estar apto a lidar com as características específicas dos alunos surdos, criando abordagens pedagógicas que incentivem a participação e o envolvimento ativo de todos os alunos nas atividades escolares.

Nesse sentido,

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associada a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado (Saviani; Duarte, 2012, p. 53).

A inclusão de estudantes surdos, portanto, se dá pela valorização da diversidade linguística e cultural no ambiente escolar. Os educadores precisam entender que o aluno surdo ao ser incluído no contexto educativo, não está somente inserido, mas deve ser considerado em sua integralidade, com suas necessidades e particularidades compreendidas. A criação de um espaço inclusivo exige que o professor atue como mediador da aprendizagem (Skliar, 1998) ao promover um ambiente de respeito e acolhimento, no qual a Libras seja percebida não só como um meio de comunicação, mas como um elemento fundamental da identidade cultural do aluno surdo. Além disso, é importante que a pauta anticapacitista que visa enfrentar as discriminações contra pessoas com deficiência seja aliada de uma perspectiva transformadora da educação no que diz respeito igualmente às ferramentas feministas, antirracistas e contra todas as demais formas de discriminação social. Isto é, desde a primeira infância é fundamental que o corpo

pedagógico possa fazer uso de ferramentas educacionais que enfrentam as diversas formas de opressão e apresentem possibilidades de construção de um mundo equitativo.

Um outro ponto importante debatido pela literatura sobre a educação de surdos é o uso de tecnologias e materiais didáticos acessíveis. A pesquisa de Santos *et al.* (2025) destaca que a adequação de recursos pedagógicos e o uso de tecnologias de apoio são essenciais para assegurar que as crianças surdas tenham pleno acesso ao currículo, os autores argumentam que

As tecnologias auditivas voltadas para alunos com deficiência auditiva, como o AASI, que amplifica os sons do ambiente conforme o nível auditivo do indivíduo, e o IC, que substitui a função das células da cóclea e melhora a percepção auditiva, também contribuem para o desenvolvimento da linguagem oral. Esses recursos, tanto visuais quanto auditivos, favorecem uma maior inclusão dos alunos no ambiente escolar possibilitando uma participação mais ativa no processo educacional. Entretanto, para que essas tecnologias cumpram plenamente seu papel, é necessário que sejam acompanhadas de esforços complementares. A capacitação de professores para o uso adequado dessas tecnologias é fundamental, assim como o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a disponibilidade desses recursos em todas as escolas (Santos *et al.*, 2025, p. 11).

As literaturas recentes sobre a educação de crianças surdas indicam a importância de uma abordagem conjunta que considere o respeito à identidade cultural surda, a qualificação apropriada dos professores e a criação de ambientes escolares inclusivos. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua, e o português, como segunda língua, devem ser princípios fundamentais das práticas pedagógicas, a fim de assegurar que as crianças surdas desfrutem das mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem que as crianças ouvintes.

Nesse sentido, a educação de crianças surdas no ensino fundamental I é uma etapa base que, apesar de ter progredido, ainda enfrenta muitos obstáculos, assim como as outras. Para tanto, a inclusão plena de estudantes surdos demanda uma transformação estrutural no sistema educacional, como por exemplo: a formação constante dos educadores, a criação de materiais didáticos acessíveis e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem em conta as características linguísticas e culturais dos alunos surdos. Partindo do respeito à identidade surda e do uso da Libras como língua de ensino é possível construir uma educação inclusiva que, de fato, promova o aprendizado e o desenvolvimento integral das crianças surdas.

2.2 As principais legislações que amparam a inclusão escolar de alunos surdos

Ao abordar a educação de surdos é fundamental refletir sobre a chegada da educação inclusiva no país. Em território brasileiro, esse tipo de educação foi criada para permitir a

integração dos alunos da educação especial nas classes do ensino regular. Visto que a jornada da inclusão de estudantes surdos no sistema educacional brasileiro possui origens históricas relevantes, iremos apresentar alguns marcos históricos pertinentes. Em 1857, foi estabelecida a primeira escola para surdos no Brasil, inicialmente chamada Imperial Instituto de Surdos-Mudos (IISM), atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, que se tornou um ponto de referência nacional no atendimento à comunidade surda. A criação da instituição representou um marco importante ao promover a educação formal para surdos em um contexto ainda marcado pela exclusão social.

Outro momento decisivo foi a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que propôs, no âmbito internacional, novas abordagens sobre a inclusão dos surdos na comunidade que reúne surdos e ouvintes, especialmente no que diz respeito ao direito à educação para todos. Essa perspectiva está fundamentada na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205, 206 e 208, que estabelecem princípios e deveres do Estado, garantindo o direito à educação inclusiva. A proposta visa a integralização dos sujeitos surdos na sociedade, buscando inseri-los tanto nos processos educacionais, quanto no mercado de trabalho, o que acaba promovendo sua emancipação social e financeira, de modo que se tornem protagonistas de suas histórias.

Desse modo, o documento parte da premissa de que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, têm o direito de estudar juntas nas mesmas escolas. Dessa forma, a inclusão passa a ser compreendida como um direito humano e não como uma concessão, caridade ou privilégio. O princípio da educação inclusiva propõe que todos os estudantes compartilhem o mesmo espaço educacional, promovendo respeito, convivência e aprendizagem mútua. Como pontua Silva (2022):

O objetivo das legislações voltadas para a inclusão é fornecer educação apropriada para alunos com deficiência e ajudá-los a melhorar suas habilidades sociais em um ambiente apropriado. Especificamente, a lei exige que as escolas forneçam todo o apoio educacional aos alunos com deficiência na sala de aula para que a inclusão ocorra de fato (Silva, 2022, p. 4).

Nesse sentido, reforça o princípio da escola inclusiva, afirmando que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de suas diferenças. Essa diretriz internacional destaca a importância de adaptar os sistemas educacionais para atender a todos os estudantes, com ênfase na eliminação de barreiras e na valorização da diversidade.

Nesse cenário, a inclusão de crianças surdas em escolas regulares passou a fazer parte da realidade educacional. Diante disso, é fundamental que as equipes administrativa e

pedagógica estejam devidamente preparadas para acolhê-las, considerando sua crescente presença nas instituições de ensino. Assim, torna-se essencial que os professores estejam aptos a elaborar metodologias apropriadas, empregar recursos adequados e participar de formações continuadas, garantindo um ambiente favorável ao pleno desenvolvimento educacional, com atenção especial ao processo de alfabetização dos alunos surdos.

Com base no pressuposto constitucional de que todos têm direito à educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, estabelece que a educação deve atender à diversidade, garantindo o atendimento especializado e o uso de recursos que promovam o aprendizado de todos. Em seu Art. 59, a LDB assegura currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Ou seja, o estudante surdo não deveria ter que lutar diariamente para provar sua capacidade ou para garantir o acesso à educação bilíngue. Tampouco deveria precisar reivindicar o respeito à sua identidade visual, avaliações adequadas às suas necessidades específicas — quaisquer que sejam — ou a possibilidade de interações em língua de sinais. No entanto, na prática das relações cotidianas, esses direitos assegurados pela legislação muitas vezes não se concretizam, nem mesmo nas vivências informais (Perlin, 2013).

A matrícula de pessoas surdas na escola regular é um direito garantido, e não uma concessão motivada por assistencialismo. As pessoas surdas têm o desejo legítimo de estudar, receber uma educação de qualidade e se desenvolver como profissionais competentes, conscientes de seus direitos e deveres. Nesse contexto, medidas têm sido realizadas para a concretização desse pensamento como a Lei 10.436/2002 que é regulamentada por meio do Decreto 5.626/2005. Ao reconhecer a Libras como a primeira língua do surdo, o Ministério da Educação (MEC), entende a importância da educação bilíngue como um mecanismo essencial para a transformação na educação desses sujeitos.

A educação bilíngue é entendida como modalidade de ensino em que deve ser realizada como primeira língua a de referência na formação do indivíduo surdo e a língua formativa do país de origem, que no caso do Brasil que é o português como segunda língua. Ambas as línguas são de extrema importância para a construção integral dos sujeitos.

O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, determina em seu art. 14 que os sistemas de ensino devem assegurar a acessibilidade comunicacional, promovendo a presença de professores bilíngues e de intérpretes de Libras nas salas de aula. Segundo o documento, “ os sistemas de ensino devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos e ouvintes, com professores bilíngues” (Brasil, 2005).

Além disso, a inclusão escolar do estudante surdo tem amparo na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) com o objetivo de assegurar e promover os direitos da pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania. Para entendermos as metas desta lei, Araújo e Leite (2025) destacam pontos que elucidam e contribuem para assegurar o acesso de qualidade às necessidades dessas pessoas, a saber:

Visa assegurar a inclusão e a proteção das pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida social. O Estatuto se baseia nos princípios da dignidade humana, igualdade de oportunidades e a não discriminação, e é uma resposta legislativa importante para a promoção de um ambiente mais acessível, inclusivo e justo. Entre os avanços proporcionados pelo Estatuto, destaca-se a garantia de acessibilidade em todos os espaços e serviços públicos e privados, além da regulamentação de políticas educacionais e de saúde específicas. O direito ao trabalho também foi fortalecido, com a previsão de quotas para pessoas com deficiência no setor público e privado, além de incentivos para a adaptação dos postos de trabalho. A legislação também aborda questões relacionadas à mobilidade urbana, tecnologia assistiva e o direito à participação política, por meio da adaptação do voto e das condições de acessibilidade nos processos eleitorais (Araújo; Leite, 2025, p. 7836).

Considerando os pontos levantados, torna-se evidente que a nossa sociedade enfrenta desafios relevantes no contexto atual. Tais obstáculos dizem respeito não apenas à gestão e à estruturação das informações, mas também à forma como o conhecimento é acessado, compartilhado e interpretado por diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, destaca-se a urgência de adotar novas perspectivas que contribuam para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. É fundamental repensar práticas e modelos tradicionais, de modo a garantir que todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades de participação e acesso ao conhecimento, promovendo equidade e justiça social.

A habilidade de se comunicar é comum a todos os seres humanos e possibilita que percebam, interpretem, aprendam, vivenciem e expressem tanto suas próprias experiências quanto os acontecimentos ao seu redor, mesmo com a existência de diferentes idiomas.

A inclusão da pessoa surda no ambiente escolar é um dos pilares da educação inclusiva contemporânea, sendo respaldada por legislações nacionais e diretrizes curriculares como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento reconhece a diversidade como um valor pedagógico e enfatiza o direito de todos à educação de qualidade, o que implica no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua da pessoa surda e no compromisso com práticas pedagógicas bilíngues.

Segundo a BNCC (Brasil, 2017), o direito a aprendizagem deve ser garantido sem quaisquer restrições ou discriminações, o que inclui a oferta de recursos linguísticos adequados

às necessidades dos alunos surdos. A proposta da educação bilíngue, onde a Libras é a primeira língua e a língua portuguesa é adquirida como segunda, é central para garantir o acesso ao conhecimento e a plena participação desses estudantes.

Lopes e Veigas-Neto (2017) complementam que a inclusão efetiva requer de professores capacitados não apenas em Libras, mas também em metodologias adaptadas à cultura surda. A formação docente, portanto, é um fator determinante para o sucesso da proposta inclusiva da BNCC. Isso exige políticas públicas que garantam formação inicial e continuada voltada para a educação bilíngue.

Portanto, a inclusão de pessoas surdas nas escolas vai além do simples acesso físico às salas de aula. Ela exige o compromisso institucional com a formação de professores, a disponibilização de recursos adequados e o reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural, e não como uma limitação isolada. Com base nas legislações e diretrizes educacionais mencionadas é notável que houve avanços significativos, apesar disso, na prática, a efetivação ainda enfrenta grandes desafios, pois para que seja possível construir uma escola verdadeiramente inclusiva, onde a diversidade é compreendida como um valor e uma oportunidade de crescimento coletivo, é necessário um comprometimento contínuo por parte das políticas públicas, pais, professores, gestores, funcionários e membros da comunidade em geral.

2.3. A importância do lúdico na educação de surdos

Inúmeras estratégias pedagógicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão e o aprendizado dos surdos nos ambientes educacionais, dentre essas práticas, o uso do lúdico se destaca por seu potencial de engajamento e desenvolvimento cognitivo. Segundo Cordovil e Francelin (2020, p. 45) “[...] o emprego de atividades lúdicas permite que os estudantes surdos desenvolvam habilidades de comunicação e interação, promovendo a autonomia e a inclusão social”.

Assim, a inclusão do lúdico no processo educativo dos surdos não deve ser vista como um mero recurso complementar, mas como um elemento central na prática pedagógica. Pois, além de favorecer a socialização, o lúdico contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo “[...] o aprendizado lúdico estimula áreas cerebrais responsáveis pela organização espacial e pela compreensão simbólica, aspectos essenciais na aquisição de conhecimento” (Cordovil; Francelin, 2020, p. 47).

O lúdico se configura assim como uma ferramenta facilitadora de aprendizagem que permite o aluno desenvolver-se de forma ativa e prática no processo educativo. Ao utilizar atividades que estimulam a curiosidade e a descoberta dos alunos surdos, o professor estabelece conexões mais eficazes com os conteúdos abordados, o que torna o aprendizado mais significativo e duradouro. A partir de jogos educativos, simulações e outras dinâmicas, os alunos surdos podem fomentar seu conhecimento de forma concreta, explorando e vivenciando os conceitos antes de assimilá-los de maneira teórica. Para Espíndola *et al.* (2017, p. 448):

[...] a atividade lúdica pode ser uma eficaz ferramenta para auxílio no processo de ensino e aprendizagem. Todavia se faz necessário que o professor utilize de metodologias dinâmicas e provocadoras, visando instigar a curiosidade dos estudantes proporcionando assim, prazer e interação na aprendizagem, surtindo efeito positivo, pois, o estudante deixa de ser expectador e passa a ser sujeito da aula, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo.

Em vista disso, o lúdico facilita a internalização de conteúdos ao transformar a aprendizagem em um processo prazeroso e interativo, aumentando o engajamento do aluno surdo e promovendo um maior domínio do conteúdo.

Outra vantagem significativa do lúdico é sua flexibilidade pedagógica, permitindo a adaptação dos recursos às diferentes faixas etárias e níveis de desenvolvimento. As atividades como contação de histórias visuais, teatro e jogos educativos são particularmente eficazes para estimular a expressão corporal e a compreensão espacial. Como observam Magre, Turi e Seibert (2025, p. 8):

A importância do lúdico no ensino de Libras na Educação Infantil reside na necessidade de buscar meios inovadores e eficazes para promover a inclusão e o desenvolvimento linguístico e social das crianças surdas. Além disso, a relevância desse estudo se destaca ao evidenciar as potencialidades do ensino lúdico da língua de sinais, que vai ao encontro das diretrizes legais de inclusão e acessibilidade, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Nesse sentido, o lúdico também promove a interação entre alunos surdos e ouvintes, estimulando a cooperação e o respeito às diferenças. Ao utilizar jogos adaptados, por exemplo, os professores criam oportunidades para que as crianças surdas se expressem de maneira criativa e participativa. Sendo assim, em contextos educacionais, o uso de jogos e dinâmicas lúdicas proporciona a oportunidade para que os alunos surdos e ouvintes interajam de forma espontânea e natural, sem barreiras linguísticas que possam dificultar a comunicação. Através dessas atividades, a Libras é integrada ao ambiente escolar e permite que os alunos surdos se expressem plenamente enquanto os alunos ouvintes têm a oportunidade de aprender a língua e entender melhor as diferenças culturais e linguísticas.

Segundo Souza e Lima (2022), o lúdico é uma ponte que facilita a interação entre surdos e ouvintes, pois ao envolver todos os participantes em uma atividade comum, estimula a empatia e a colaboração. Essas atividades criam um espaço seguro onde as crianças surdas podem se comunicar e os ouvintes, por sua vez, têm a chance de se envolver no processo de aprendizagem das línguas de sinais e compreender a cultura surda de forma mais direta e autêntica.

As atividades lúdicas, portanto, são poderosas ferramentas de socialização que podem criar ambientes onde as barreiras comunicativas são superadas de forma divertida e inclusiva. Além disso, essas atividades fomentam o aprendizado mútuo, promovendo uma troca rica e construtiva entre os alunos, independentemente de suas diferenças linguísticas e culturais. Conforme Oliveira e Santos (2018, p. 54), “[...] o uso de atividades lúdicas facilita o processo de ensino, pois conecta o conhecimento teórico às experiências práticas dos alunos”.

Logo, o lúdico pode se tornar um elo que aproxima alunos surdos e ouvintes, criando um aprendizado colaborativo e compartilhado, além de fortalecer o sentido de pertencimento e inclusão social. Ao investir no lúdico como ferramenta pedagógica, o professor não apenas ensina conteúdos, mas também cultiva um ambiente onde a diversidade é valorizada, a comunicação se torna mais fluida e inclusiva.

3. METODOLOGIA

Como forma de alcançar os objetivos propostos que orientam esta pesquisa desenvolveu-se um estudo de campo, de natureza empírica, no qual o estudo consistiu na aplicação de jogos pedagógicos adaptados, visando a inclusão de alunos surdos do ensino fundamental nos anos iniciais. Esses jogos foram cuidadosamente estruturados a partir das especificidades linguísticas e visuais dos estudantes, priorizando atividades que estimulam o desenvolvimento da Libras, a atenção visual, o raciocínio lógico e a interação social. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela natureza do fenômeno pesquisado, no qual demanda a compreensão aprofundada das experiências vivenciadas pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, Bogdan e Biklen (1994), destacam que a pesquisa qualitativa busca interpretar os significados atribuídos pelos participantes às suas ações e interações, permitindo compreender os processos subjetivos presentes no cotidiano escolar, especialmente no contexto da educação inclusiva.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristiano José de Medeiros Rosa, situada na Av. João Batista, s/n, bairro Vila Sinhá município de Bragança-

PA. A instituição escolar foi inaugurada no dia 30 de dezembro de 1992, na gestão do prefeito Antônio Barros, sendo reconstruída e ampliada, ganhando um novo prédio. No dia 29 de setembro de 2012 a escola foi reinaugurada, na gestão do prefeito Edson Luiz de Oliveira. A nomeação Cristiano José de Medeiros Rosa dá-se em homenagem ao ilustre bragantino desportiva e radialista, grande incentivador da prática esportiva no ambiente escolar. E por solicitação do então vereador Celso Orlando da Silva Leite, que atendeu uma reivindicação feita pela comunidade do bairro Vila Sinhá. A escola atualmente possui em sua estrutura física: 1 diretoria, 1 secretária, 1 dependência integrada a três setores (sala da coordenação, sala dos professores, biblioteca), 1 sala de informática, 1 sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 11 salas de aula, 1 almoxarifado, 1 depósito de material de limpeza, 1 dispensa, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 área de serviço, 1 banheiro dos funcionários, 6 banheiros dos alunos, 1 banheiro de pessoa com deficiência (PcD) e 1 pátio para recepção dos alunos. Na instituição de ensino são lotados 17 docentes no nível fundamental, uma equipe gestora (1 diretora, 1 vice-diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretário escolar, 2 porteiros, 4 vigias, 2 merendeiras, 4 serviços operacionais. O total de matriculados no ano letivo de 2025 corresponde 332 alunos distribuídos em 14 turmas do ensino fundamental anos iniciais.

As participantes da pesquisa foram duas alunas surdas, matriculadas no 3º e 4º ano do ensino fundamental, com idades entre 8 e 9 anos. As alunas frequentam regularmente as aulas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que favoreceu a implementação das atividades em um espaço conhecido e adaptado às suas necessidades específicas. Para a primeira etapa desta pesquisa, foi realizado o levantamento de dados sobre os sujeitos do estudo, por meio de conversas informais com a gestora, os professores regentes, as cuidadoras e a docente da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O objetivo foi obter dados sobre a quantidade de alunos surdos que frequentam a escola, bem como informações sociodemográficas de gênero, raça, turno, faixa etária, ano de ensino, rotina no ambiente escolar e o nível de aprendizagem de cada um dos estudantes. Após esse suporte de informações, partimos para a segunda etapa, onde delimitamos os conteúdos e as características utilizadas na construção dos jogos. Para aplicação prática, foram confeccionados dois jogos pedagógicos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando a faixa etária, os conteúdos escolares trabalhados em sala de aula e o ano escolar dos participantes. As atividades propostas tiveram o objetivo de contemplar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para essa etapa da Educação Básica, como o pensamento crítico, a expressão por múltiplas linguagens e a valorização da cultura surda. Segundo a BNCC (Brasil, 2017), é

fundamental garantir o acesso à aprendizagem por meio de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam a equidade.

Nessa perspectiva, as atividades foram aplicadas no dia 11 de Agosto de 2025, no período vespertino, na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com mediação da pesquisadora e acompanhamento da professora do AEE, profissional especializada em Educação Especial. A colaboração dessa profissional foi essencial para assegurar a efetividade das interações, além de oferecer suporte à pesquisadora no planejamento e na adaptação dos jogos, considerando as especificidades dos estudantes surdos. Em relação, a coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e diário de campo, o que possibilitou à pesquisadora o acompanhamento direto das respostas das alunas aos estímulos oferecidos pelos jogos, bem como fazer anotações desse momento. De acordo com Rudio (2007, p. 39-40):

[...] a observação é um dos mais frequentemente utilizado pelo ser humano para conhecer e compreender pessoas, coisas, acontecimentos e situações. [...] Indiretamente, podemos também observar os seus pensamentos e sentimentos, desde que se manifestem na forma de palavras, gestos e ações. Da mesma forma indireta, podemos, ainda, observar as atitudes de alguém, isto é, o seu ponto de vista e predisposição para com determinadas coisas, pessoas, acontecimentos, etc.

Por fim, a análise de dados foi realizada por meio dos dados produzidos, caracterização sociodemográfica das participantes e debatidos com base em autores da área, o que permitiu uma análise crítica sobre a temática investigada.

3.1. Jogos pedagógicos em Libras: Estratégias lúdicas

Nesta seção da pesquisa apresentaremos os jogos pedagógicos aplicados com os participantes da pesquisa, o objetivo é descrever de forma clara cada atividade, destacando sua contextualização, habilidades da BNCC, bem como objetivos pedagógicos, metodologia da atividade e os materiais utilizados na confecção dos respectivos jogos.

3.2. Jogo da memória animais em Libras

O jogo da memória *animais em Libras*, consiste em jogar cartas onde o objetivo principal é encontrar os pares iguais, relacionando a imagem do animal e sinal em Libras que se encontra logo abaixo da mesma carta com a outra carta que apresenta o nome do animal e a

datilologia em Libras, virando duas cartas de cada vez. Essa atividade é divertida e educativa, o que estimula a concentração, memória visual e a capacidade de observação.

Figura 1: Jogo da memória animais em Libras



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

Descrição da figura 1: A figura apresenta um jogo da memória com o plano de fundo na cor cinza, logo à frente no centro mostra-se um conjunto de cartões, confeccionados em papel cartão amarelo e impressões em preto e branco, na parte superior de alguns cartões há o nome de um animal em português em preto e branco e na parte inferior do mesmo cartão apresenta-se o nome do animal em datilologia também em preto e branco. Em outros cartões na parte superior apresenta-se a figura do animal em preto e branco e na parte inferior desse mesmo cartão apresenta-se também a representação do sinal correspondente à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ilustrado em preto e branco, formando assim um par de cartões. Dentre os animais representados em escrita e imagem, é possível identificar coelho, galo, camelo, boi, cachorro, peixe, cavalo, pavão, peru, pinguim, galinha, borboleta, entre outros.

Habilidade

(EF03CI06) Comparar alguns animais e organizar grupos com base em características externas comuns (presença de penas, pêlos, escamas, bico, garras, antenas, patas etc.).

Objetivos

- Desenvolver o conhecimento sobre os animais;
- Identificar e diferenciar características básicas de animais;

- Ampliar o raciocínio lógico e atenção;
- Estimular a memória visual, associando as imagens, sinais em Libras e os nomes escritos, juntamente com a datilologia.

Como jogar:

Vire todas as cartas para baixo e embaralhe-as sobre a mesa. Em seguida, cada jogador, em sua vez, deve virar duas cartas, se forma o par correto, o jogador fica com o par e joga novamente. Caso contrário, se não formar o par, virá novamente as cartas para baixo e passa a vez. A cada par de cartas formadas, o jogador deve sinalizar o nome do animal em Libras encontrado e a datilologia. O jogo termina quando todos os pares das cartas forem formados, vence quem tiver mais pares no final do jogo.

Materiais utilizados: Papel cartão, cola branca, tesoura, impressões de imagens de animais, sinais em Libras dos animais, nomes de animais e datilologia dos nomes de animais em Libras.

3.3. Dominó das operações em Libras

O *dominó das operações em Libras* é uma adaptação do jogo dominó tradicional, podendo ser utilizado de diversas formas como uma ferramenta de aprendizado. O jogo dominó das operações consiste em realizar soma e subtração, o aluno deverá encaixar o resultado na operação que foi apresentada ou vice-versa. Essa ferramenta didática busca tornar o aprendizado das operações básicas mais lúdicas e contextualizadas, o que faz o aluno ter uma melhor compreensão e fixação dos conceitos.

Figura 2: Dominó das operações em Libras



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

Descrição da figura 2: A figura apresenta um jogo pedagógico confeccionado em papelão, semelhante a um dominó tradicional, disposto sobre uma superfície na cor cinza. Cada peça é apresentada em formato retangular, com uma divisão ao meio feita com marcador para quadro branco na cor preta. Em um dos lados há operações matemáticas simples de adição ou subtração. E do outro apresenta-se o resultado numérico, ambos escrito com o marcador de quadro branco também na cor preta, além disso, nos dois lados do jogo há representações impressa em preto e branco dos números em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), todos colados abaixo das operações matemática e os resultados numéricos, indicando assim a quantidade correspondente, o que possibilita a associação entre o cálculo, número escrito e sinal. Além disso, o jogo disponibiliza de tampinhas de garrafa pet na cor branca e um dado impresso na cor branca com bolas pretas em sua superfície representando as numerações de 1 a 6.

Habilidade

(EF04MA03) Resolver e elaborar problemas, com números naturais envolvendo adição e subtração, utilizando estratégias diversas, como cálculo, cálculo mental e algoritmos, além de fazer estimativas do resultado.

Objetivos

- Desenvolver o cálculo mental envolvendo operações matemáticas de adição e subtração;
- Estimular o aprendizado de sinais em Libras relacionados a números e operações.

Como jogar:

Para iniciar o jogo todas as peças devem ser misturadas viradas para baixo e em seguida distribuída 7 peças para cada jogador ou 5 caso tiver muitos jogadores, o restante forma o monte, logo após, os jogadores lançam um dado para ver quem tirar o maior número e assim começar a jogar. Em seguida, o primeiro jogador coloca a peça na mesa, o próximo jogador deverá resolver a operação, ligando a peça que contém o resultado ou vice-versa. Se o jogador não tiver uma peça para jogar, compra do monte, se ainda assim não puder jogar, passa a vez. Para facilitar a dinâmica do jogo será disponibilizado tampinhas de garrafas pet, caso os jogadores apresentem dificuldades em realizar as operações. Vence quem ficar sem peças primeiro, se caso acabar o monte e ninguém puder jogar, ganhar quem tiver menos peças.

Materiais utilizados: Papelão, tesoura, cola branca, marcador para quadro branco, impressões de imagens de números com representações de sinais em Libras, papel contact, impressão de dado de papel e tampinhas de garrafas pet.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O contato com a instituição escolar se deu por meio do estágio supervisionado em ambiente não escolar, pois dentro do espaço escolar é disponibilizado uma sala, onde funciona a Associação de Judô Rio Caeté (AJRC) voltado para as crianças da escola do 1º ao 3º ano do ensino fundamental nos anos iniciais e também voltado às demais crianças do entorno da escola, assim o projeto caracteriza-se como uma prática desenvolvida em ambiente não escolar. Desse modo, devido a escola apresentar uma boa organização em vários aspectos foram realizados outros estágios, dentre eles estão o estágio supervisionado em ensino fundamental e estágio supervisionado em gestão e coordenação escolar. Diante dos estágios realizados e do vínculo criado com os funcionários, o espaço foi escolhido para a realização desta pesquisa de campo, onde foram propostas várias conversas informais com os funcionários sobre o foco da pesquisa.

Assim, em uma das conversas informais com uma das funcionárias da instituição escolar foi relatado que a primeira criança surda a chegar na escola foi ano de 2024, enquanto a segunda criança chegou este ano de 2025. Para fazer esse acompanhamento, a escola possui a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que dispõe de uma professora capacitada na área de Libras, além de cuidadoras em sala de aula, o que proporciona para essas crianças uma melhor interação entre si e com os demais da escola. Na tabela abaixo é possível acompanhar a caracterização sociodemográfica das crianças participantes da pesquisa.

Quadro 1: Caracterização dos participantes da pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA				
Gênero	Raça	Idade	Série	Turno
Feminino	Parda	8	3º ano	Manhã
Feminino	Parda	9	4º ano	Tarde

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em relação à rotina escolar das participantes da pesquisa, uma das crianças estuda no período da manhã e realiza o atendimento no contra turno, enquanto a outra participante estuda no horário da tarde e recebe o atendimento no mesmo horário que estuda por questão de indisponibilidade dos familiares para levá-la à escola em outros horários. O acompanhamento na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorre duas vezes por semana, todas às segundas e quartas-feiras nos horários das 16 às 17 h. Esse obstáculo por parte de uma das participantes proporciona que ambas sejam atendidas juntas.

A instituição escolar Cristiano José de Medeiros Rosa atualmente desenvolve o Projeto piloto de iniciação a libras nas escolas denominado *Minha Mão, Minha Voz*, implantado por meio de uma parceria entre a instituição e a Secretaria Municipal de Educação de Bragança-PA (SEMED). O referido projeto teve como principal objetivo o ensino da Libras, buscando promover a inclusão da comunidade surda na sociedade, facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes. Nesse sentido, a apresentação do projeto ocorreu no dia 17 de março de 2025, direcionada à equipe gestora, familiares responsáveis das crianças, além dos professores das turmas. As ações são realizadas semanalmente, sempre às segundas-feiras, com as turmas do 3º e 4º ano do ensino fundamental anos iniciais, onde se encontram matriculados os participantes da pesquisa. Desse modo, as atividades são desenvolvidas em dois turnos, sendo manhã e tarde, no período da manhã ocorre nos últimos horários de aulas e no período da tarde, antes do horário da recreação.

O projeto dispõe de uma professora com formação na área da Pedagogia e com especialização em Libras, cursando Bacharel em Letras Libras e Pós graduada em análise do comportamento aplicada (ABA) em terapia cognitiva comportamental (TCC). Também é importante ressaltar que os familiares responsáveis podem participar das aulas de Libras, uma vez que a família é importante no processo da aquisição da Libras para a criança surda. Além disso, os professores das turmas sempre estão presentes nas aulas para que assim possam ter esse desenvolvimento juntamente com suas turmas. O Projeto *Iniciação a Libras nas Escolas: Minhas Mãos, Minha Voz* é fundamentado no Projeto de Lei 6.284/2019, aprovado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), e a Comissão de Educação do Senado

Federal, determinando que as escolas públicas e privadas devem ofertar a disciplina em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para todos os alunos, em todos os níveis de ensino.

Iniciando a discussão sobre dados coletados, no que se refere ao primeiro momento da aplicação da pesquisa, notou-se que as duas participantes demonstravam entusiasmo e disposição em envolver-se nas atividades propostas. A primeira atividade aplicada foi o *Jogo da Memória Animais em Libras*, onde o principal objetivo do jogo era encontrar os pares de cartas iguais em maior quantidade, relacionando a imagem do animal e o sinal em Libras, com a outra carta que apresentava o nome do animal e a datilologia, o que exigiu habilidades por partes das participantes. No entanto, no início do jogo houve dificuldades em relação à compreensão das regras do jogo e quantidades de cartas, pois as alunas demonstravam ansiedade em jogar, trazendo assim à tona o espírito competitivo e a euforia de formar pares de cartas, o que dificultou a atenção aos detalhes das cartas, para que ocorresse a intencionalidade do jogo.

Para facilitar o aprendizado foi diminuída a quantidade de cartas e explicado de forma simples as regras do jogo, assim que as alunas compreenderam a intencionalidade houve avanços nas jogadas, o que proporcionou entre as participantes mais concentração, engajamento e interação. Nessa perspectiva, corroborando com Kishimoto (2017), o jogo é uma forma de construção do conhecimento, pois possibilita à criança agir, experimentar, refletir e interagir com o outro de maneira prazerosa e educativa. Desse modo, a ludicidade, nesse contexto, não se apresentou apenas como um instrumento motivador, mas como uma estratégia pedagógica eficaz na promoção de uma aprendizagem significativa.

Durante a outra atividade intitulada *Dominó das Operações em Libras* observou-se que no início das jogadas as participantes ficaram mais concentradas fazendo a relação dos números e seus sinais em Libras, mas também ao mesmo tempo tentavam resolver as operações, no início ambas as alunas recorriam às tampinhas de garrafas pet que o jogo disponibilizava, mas à medida que o jogo avançava, passaram a fazer cálculos mentais. Esse aspecto se revelou como um ponto positivo no momento da aplicação da pesquisa, evidenciando que os jogos contribuem para o desenvolvimento do pensamento matemático de forma lúdica. Como mencionado por Araújo, Santos e Menezes (2025), os jogos representam um recurso didático valioso no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, pois quando esses elementos visuais são integrados, favorecem o desenvolvimento do raciocínio lógico e estimulam a participação dos estudantes, o que também contribui para a inclusão escolar, possibilitando momentos de interação e construção coletiva do conhecimento.

Durante a outra atividade intitulada *Dominó das Operações em Libras* observou-se que no início das jogadas as participantes ficaram mais concentradas fazendo a relação dos números e seus sinais em Libras, mas também ao mesmo tempo tentavam resolver as operações, no início ambas as alunas recorriam às tampinhas de garrafas pet que o jogo disponibilizava, mas à medida que os jogo avançava, passaram a fazer cálculos mentais. Esse aspecto se revelou como um ponto positivo no momento da aplicação da pesquisa, evidenciando que os jogos contribuem para o desenvolvimento do pensamento matemático de forma lúdica. Concordando com Santana e Galasso (2024, p. 19) “[...]o ambiente proporcionado pelos jogos, sejam digitais ou não, facilitam a interação e criam vínculos entre estudantes”. Portanto, ficou evidente que os jogos funcionam como uma estratégia inclusiva que integra cognição, interação social e efetividade.

Foi observado também que a primeira participante com idade de 8 anos, estudante do 3º ano do ensino fundamental, sempre no decorrer dos jogos apresentava dificuldades com a língua sinais, visto que o conhecimento da Libras só foi possível com sua chegada à instituição escolar, pois antes disso não tinha nenhum contato com o idioma da comunidade surda, utilizando-se apenas de gestos caseiros para a conversação, porém durante as atividades a participante conseguiu desenvolver bem a língua de sinais, enquanto a outra participante com idade de 9 anos, estudante do 4º ano do ensino fundamental não apresentava tantas dificuldades na língua de sinais durante as jogadas, uma vez que a aluna além de frequentar regularmente a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), faz acompanhamento fora do espaço escolar e atualmente participar do projeto *Minha Mão, Minha Voz* desenvolvido dentro da instituição escolar, o que proporcionou a ela um melhor entendimento na hora da aplicação das atividades.

Nesse sentido, por meio dos jogos aplicados foi possível perceber tanto as dificuldades da primeira participante pelo o impacto da falta de contato prévio com a Libras, quanto o potencial da segunda participante em conhecer um pouco da Libras, devido o apoio institucional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o projeto, além do apoio recebido fora da instituição escolar. Desse modo, o jogo não só foi apresentado apenas como atividade lúdica, mas como um recurso didático revelador de barreiras e ao mesmo tempo criou caminhos para o avanço na aprendizagem das alunas surdas. Lacerda (2006) salienta que o aprendizado dos surdos requer a valorização do uso de recursos lúdicos no ambiente escolar, pois tais estratégias contribuem para que o aluno surdo alcance um bom desenvolvimento e conseqüentemente possa adquirir sua própria língua.

Sendo assim, por meio dos jogos foi também possível identificar que apesar dos avanços no campo da educação inclusiva, os alunos surdos ainda enfrentam barreiras estruturais significativas no ambiente escolar, visto que as principais dificuldades não estão apenas relacionadas ao desempenho cognitivo, mas sobretudo às limitações comunicacionais e pedagógicas que afetam a participação plena desses estudantes, mesmo em uma escola que já dispõe do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e projeto voltado para o ensino da língua de sinais, esse aspecto evidenciou que a Libras ainda não é amplamente discutida como um eixo central do processo educativo, sendo muitas vezes tratada apenas como um complemento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs-se a analisar os jogos pedagógicos como ferramentas facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem de alunas surdas. Nesse sentido, a aplicação dos jogos pedagógicos revelaram que esses recursos didáticos quando bem elaborados e trabalhados de forma adequada, certamente contribuem para um ensino mais equitativo e inclusivo, ao favorecer a aprendizagem por meios visuais, o que proporciona interação, concentração, engajamento e cooperação entre os envolvidos, além de fortalecer os vínculos sociais e ampliar o contato com a Libras.

Além disso, ao longo do estudo ficou claro que os jogos pedagógicos não apenas estimulam a aprendizagem de forma lúdica prazerosa, mas também oferecem e possibilitam aos alunos surdos vivências que reforçam sua autonomia, autoestima e o pertencimento no contexto escolar. Desse modo, por meio dos jogos demonstrou-se que essas práticas podem atuar como importantes aliadas na construção de um espaço educacional mais inclusivo, significativo e acessível, além de serem recursos viáveis e eficazes para serem incorporados ao currículo escolar.

A contribuição deste estudo está em evidenciar a potencialidade dos jogos pedagógicos como recursos facilitadores para o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, apontando caminhos para professores e instituições escolares, com o propósito destes poderem diversificar suas práticas pedagógicas em prol da educação inclusiva. Entretanto, reconhece como limitação o fato de ter realizado a pesquisa com apenas duas crianças surdas, em um contexto específico, além de um curto período de tempo, o que impossibilita generalizações amplas dos resultados.

Portanto, é essencial que novas pesquisas nessa área temática sejam desenvolvidas de modo que venham a ampliar discussões sobre outros aspectos relevantes como aumentar os números de participantes, envolver participantes surdos e ouvintes, aplicar os jogos em outros contextos, explorar outros tipos de jogos, bem como promover a integração de outras disciplinas, a fim de aprofundar a compreensão sobre o impacto dos jogos pedagógicos no processo inclusivo de alunos surdos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. G. P.; SANTOS, R. T.; MENEZES, M. B. Jogos no ensino e aprendizagem das quatro operações para estudantes surdos. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v.17, n. 4, p. 01-20, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/8059/5589>. Acesso em: 19 set. 2025.

ARAÚJO, T. P.; LEITE, M. A. R. Os direitos e a Proteção das Pessoas com Deficiência à Luz da Lei nº 13. 146/2015 e os avanços e desafios na efetivação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista Ibero-Americana de Humanidade, Ciências Educação**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 7825-7838, maio. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19396>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Características da pesquisa qualitativa**. In: Pesquisa qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora. 1994.

BORGES, F. A.; ROSSI, E. M. G. O ensino de matemática para surdos e pesquisas brasileiras: uma revisão bibliográfica categorizada a partir de periódicos científicos. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, n. 2, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/240508>. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 152, p. 2, 6 jul. 2025. Disponível em: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 139, p. 1, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Brasília: MEC, 2008. <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-73132017001000>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CORDOVIL, V. R. S.; FRANCELIN, M. M. A organização do conhecimento e o estatuto da pessoa com deficiência: desafios e perspectivas sobre o tratamento da informação para pessoas surdas. In: SILVA, A. J. N. **Educação**: agregando, incluindo e almejando oportunidades. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p. 128–142. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.15320230913>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ESPÍNDOLA, D. S.; CARNEIRO, D.; KUHNT, T. C. G.; ANTIQUEIRA, L. M. O. R. Atividade lúdica para o ensino de ciências como prática inclusiva para surdos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 58, p. 485-498, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 04 set. 2025.

FARIAS, R. S. **Projeto de Lei nº 6.284/2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) a alunos ouvintes e pais de alunos surdos na educação básica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2469472>. Acesso em: 29 ago. 2025.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2017.

LACERDA, C.B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, v. 26, n. 69, p. 163-184, mai. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200004>. Acesso em: 13 set. 2025.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental**: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B. *et al.* Letramento e minorias. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, M. C.; VEIGA- NETO, A. Acima de tudo, que a escola nos ensine: em defesa da escola de surdos. © **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.19, n. 4, p. 691-704, out./dez. 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v19n4/1676-2592-etd-19-04-00691.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

MAGRE, D. M. M.; TURI, M. S. A.; SEIBERT, T.N. R. A importância do lúdico no ensino de Libras e na interação do aluno surdo na Educação infantil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 11, n.1, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4092>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MOTTA, J. A; GEDIEL, A. L. B. O olhar dos professores da rede básica de ensino acerca das Libras como forma de inclusão dos alunos surdos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 8, p. 82368-82382, ago. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/354368481>. Acesso em: 22 jun. 2025.

OLIVEIRA, G.; SANTOS, E. J. **A inclusão do aluno surdo na sala de aula**. Jarú, 2018. Disponível em: <https://jaru.fimca.com.br/gerenciador/data/uploads/2018/05/A-INCLUSAO-DO-ALUNO-SURDO-NA-SALA-DE-AULA.pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.), **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2013, p. 51-73. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/529212508/PERLIN-G-T-T-Identidades-Surdas-In-Skliar-C-org-A-Surdez-um-Olhar-sobre-as-Diferencas-Porto-Alegre-Mediacao-2013-p-51-73>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTANA, N. A.; GALASSO, B. J. B. O processo de aprendizagem de estudantes surdos por meio de jogos pedagógicos. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v. 16, n. 3, p. 01-22, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/3624/2930>. Acesso em: 08 set. 2025.

SANTOS, A. B. F.; SOUSA, N. S.; SOUDRÉ, M. S. O.; MOL, G. M. S. A. Contribuições das tecnologias assistivas para a inclusão educacional de pessoas surdas: uma revisão narrativa. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/89913>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, L. L. Inclusão de alunos surdos no ensino regular: desafios, realidade e expectativas frente ao desenvolvimento de metodologias de ensino e necessidades do sistema educacional. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 34, p. 1-6, 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/34/inclusao-de-alunos-surdos-no-ensino-regular-desafios-realidade-e-expectativas-frente-ao-desenvolvimento-de-metodologias-de-ensino-e-necessidades-do-sistema-educacional>. Acesso em: 15 maio 2025.

SKLIAR, C. Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, A.; LIMA, F. P. M. Inclusão de alunos surdos: desafios e necessidades do docente. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/18457>. Acesso em: 07 maio 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Espanha: ONU, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

À Direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristiano José de Medeiros Rosa, em Bragança- PA.

Eu, Simone Conde Belem, estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Bragança, matriculada sob o número de registro 202013240045 venho por meio deste documento solicitar autorização para realizar uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristiano José de Medeiros Rosa como parte integrante do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O tema da pesquisa é: “Os Jogos Pedagógicos como Ferramentas Facilitadoras no Processo de Ensino-Aprendizagem para a Inclusão de Alunos Surdos no Contexto da Escola Municipal Cristiano José de Medeiros Rosa Bragança-PA”, orientado pela professora Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz. O estudo possui abordagem qualitativa, sendo conduzido por meio de aplicação de jogos pedagógicos com crianças surdas que estudam nos turnos matutino e vespertino.

As questões norteadoras do estudo tem como objetivos:

- Identificar as principais dificuldades enfrentadas por alunos surdos no contexto escolar;
- Verificar a viabilidade da implementação de jogos pedagógicos no currículo escolar para inclusão de alunos surdos;
- Observar a adaptação de jogos pedagógicos que atendam às necessidades de alunos surdos, promovendo a inclusão e a interação;
- Compreender sobre a inclusão e o desenvolvimento cognitivo de alunos surdos no contexto escolar.

Ressaltamos que todas as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e terão seu sigilo e anonimato garantidos, conforme as diretrizes éticas da pesquisa científica.

Agradeço a vossa colaboração,

A investigadora,

Simone Conde Belem

Bragança, de _____ de 2025.

Conheço a investigação proposta e dou o meu consentimento nos termos aqui formulados.

Direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristiano José de Medeiros Rosa

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em autorizar a participação de meu(minha) filho(a) na pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal do Pará (UFPA) intitulado **“Jogos Pedagógicos como Ferramentas Facilitadoras no Processo de Ensino e Aprendizagem para a Inclusão de Alunos Surdos no contexto da Escola Municipal Cristiano José de Medeiros Rosa- Bragança-PA”** desenvolvido pela discente Simone Conde Belem, do curso de Pedagogia da UFPA, orientada pela Prof.^a Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz.

Afirmo que autorizo a participação de meu filho (a) menor de idade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é construir a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da referida discente sobre Jogos pedagógicos para inclusão de alunos surdos. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e seu orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso retirar a participação de meu(minha) filho(a) desta pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo e sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Bragança - PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Assinatura do (a) orientador (a)